



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO

- ESTADO DO PARANÁ -



## LEI Nº 692/2010

**SÚMULA:** "Dispõe sobre Obrigação de Pequeno Valor para este Município, atendendo ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO, ESTADO DO PARANÁ, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º.** Ficam definidas como obrigações de pequeno valor, no âmbito do Município de Ribeirão Claro-PR, para fins do disposto no §§3º e 4º, do art. 100, da Constituição Federal, as fixadas nesta lei, para o pagamento direto, sem expedição de precatório, em razão de decisão condenatória transitada em julgado.

**§ 1º** - A obrigação de pequeno valor corresponderá ao maior benefício do regime geral de previdência social, que atualmente é de R\$ 3.467,40 (Três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos).

**§2º.** O valor definido no parágrafo anterior será corrigido de acordo com as alterações verificadas no maior Benefício do Regime Geral de Previdência Social.

**Art. 2º** - Fica expressamente vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida nesta Lei e, em parte, mediante expedição de precatório.

**Parágrafo Único:** É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma prevista no caput deste artigo.

**Art. 3º** - No momento da expedição da obrigação de pequeno valor, dela deverá ser abatido, a título de compensação, o valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra credor original pela Fazenda Pública Municipal deste Município de Ribeirão Claro, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de contestação administrativa ou judicial.

**Art. 4º** - Os débitos de pequeno valor havidos em face da Fazenda Pública Municipal, suas autarquias e fundações, resultantes de condenações judiciais transitadas em julgado, dispensarão a expedição de precatório.

**Art. 5º** - O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do ofício requisitório (requisição de pequeno valor) devendo ser demonstrado o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CLARO

- ESTADO DO PARANÁ -



**Art. 6º** - Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no art. 1º, parágrafo 1º, pagamento será sempre por meio de precatório, sendo facultado ao credor renunciar expressamente ao crédito excedente e optar pelo pagamento do saldo, sem precatório, mediante requisição de pequeno valor, na forma prevista no §3º, do artigo 100 da Constituição Federal.

**Art.7º** - Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no §1º do artigo 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 8º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Estado do Paraná, aos 04 (quatro) dia do mês de Novembro (11) do ano de 2010 (dois mil e dez).

  
**Geraldo Mauricio Araújo**  
**Prefeito Municipal**